



## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 05/2016 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Trata-se de julgamento quanto à abertura das propostas referente à Tomada de Preços n. 04/2016, que trata da contratação de empresa para terminar a obra do Cão Guia.

Conforme a Ata de abertura das Propostas e o respectivo Mapa de Apuração, a colocação das empresas foi assim estabelecida: 1º colocada: CASTELL ENGENHARIA LTDA, com o preço de R\$710.025,72; 2º colocada: J J BARROSO LTDA – ME, com o preço de R\$713.215,61; 3º colocada: CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA, com o preço de R\$734.558,04; e 4º colocada: CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, com o preço de R\$807.203,75.

Muito embora o edital preveja a concessão de 2 (dois) dias úteis para a apresentação da Composição de Custo Unitário (CCU), todas as quatro empresas já anexaram este documento nos respectivos envelopes, motivo pelo qual tal prazo foi despidendo.

De posse disso, a Comissão enviou à Coordenação de Engenharia para análise das planilhas.

Quanto ao primeiro colocado que apresentou o menor preço (CASTELL ENGENHARIA LTDA.), o Parecer da engenharia assim concluiu:

A empresa **CASTELL ENGENHARIA LTDA** alterou os quantitativos físicos de vários itens das composições unitárias, tais como os itens (...) e muitos outros, levando vantagem sobre as demais licitantes

(...)

(Portanto) A empresa CASTELL ENGENHARIA LTDA não cumpriu as exigências do item 6.5 do Edital Tomada de Preços n. 04/2016, pois a mesma alterou quantitativos físicos nas composições unitárias, obtendo vantagens sobre as demais empresas licitantes.

(...) (grifos no original)

Traz-se à baila o que reza o item 6.5 referenciado pela Coordenação:

6.5 - Não serão admitidas quaisquer alterações nos quantitativos físicos, seja na planilha orçamentária ou no cronograma físico financeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

Observa-se, pela redação singela do item 6.5 alhures, que não é permitido alteração nos quantitativos físicos tanto na planilha orçamentária quanto no cronograma físico financeiro.

Sendo assim, não resta outra conclusão e alternativa a se chegar senão a desclassificação da proposta apresentada pela empresa **CASTELL ENGENHARIA LTDA**.



Passa-se, agora, a tecer as considerações referente à segunda colocada, a empresa J J BARROSO LTDA – ME.

Antes de analisar a proposta em si, observa-se que a empresa CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA fez questionamento quanto ao fato de a planilha e a composição de custo da empresa J J BARROSO LTDA ME terem sido assinadas pelo representante legal, e não pelo responsável técnico (orçamentista).

Nesse ponto, vergastamos o item 6.2 e as respectivas alíneas inerentes ao caso:

6.2 - As propostas deverão ser apresentadas em 1 (uma) via original, redigida de forma clara em língua portuguesa, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **datada e assinada**, devendo a última folha ser assinada e identificada por meio de carimbo ou escrita por meio mecânico ou eletrônico e as demais rubricadas pelo **representante legal da empresa**, acondicionadas em envelopes devidamente fechados e conterão, obrigatoriamente:

(...)

b) Orçamento detalhado, em moeda nacional, contendo planilha de custos e formação de preços composição de custo unitário, incluindo todas as despesas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam sobre a execução dos serviços.

c) Assinatura do **REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA** e; **ou** engenheiro responsável pela elaboração das mesmas, obedecendo aos critérios contidos no item 6.2 deste edital. (caracteres especiais por nós inseridos)

(...)

Sendo assim, não há dúvidas de que o edital contempla a possibilidade da CCU e da Planilha serem assinadas pelo representante legal. Esclareça-se que não se trata de elaboração de planilha para uma pessoa privada, mas sim de um procedimento licitatório.

Logo, não há que se falar em **exercício ilegal de profissão** ou **falta de outorga legal para elaboração da planilha**, mas sim que o representante legal endossa o orçamento feito pelo respectivo orçamentista.

Sendo assim, e tendo em vista que a Comissão de Engenharia no Parecer afirmou que a empresa J J BARROSO LTDA – ME, do ponto de vista das planilhas e composições, a Comissão há por bem sagrar vencedora do certame a empresa **J J BARROSO LTDA – ME.**, pelos fatos e fundamentos acima aludidos.




Diante da presente decisão, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis<sup>1</sup>, nos termos do art. 109, I, “b”, para as empresas que queiram interpor o respectivo recurso administrativo ante à presente decisão.

Publique-se.

Sala do Setor de Compras e Licitações, 20.10.2016.

  
Eliel Monteiro da Silva

Presidente da CPL

  
João Victor Levinthal

Vice-Presidente da CPL

  
Persilene Marques

Membra da CPL

<sup>1</sup> Haja vista que nos dias 24, 27 e 28 de outubro não haverá expediente neste Órgão, o presente prazo aludido de 5 (cinco) dias encerra-se dia 01.11.2016.